


Luzia Cordeiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Município de Santa Cruz da Graciosa, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, (que evidencia um total de 27.589.875 euros e um total de Fundos Próprios de 17.311.369 euros, incluindo um resultado líquido de 620.401 euros), a demonstração de resultados por naturezas e os mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 3.468.880 euros de despesa paga e um total de 4.142.382 euros de receita cobrada bruta e líquida), do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do executivo municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação referida no parágrafo 8, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e da execução orçamental e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara, utilizadas na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório e conta de gerência com os restantes documentos de prestação de contas.





6. Verificámos pelos mapas de execução orçamental que foram realizadas despesas de capital de 766 mil euros (1.912 milhares de euros em 2015) correspondentes a 36,8% (73,8% em 2015) e despesas correntes de 2.702 milhares de euros correspondentes 94,7% do orçamentado (94,6% em 2015). O executivo da autarquia detalha as razões desta execução orçamental no seu relatório de gestão.
7. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

8. Conforme notas ao balanço e à demonstração de resultados, a autarquia não regista o movimento das existências, não regista trabalhos para a própria entidade e não organizou a contabilidade analítica.

Opinião

9. Em nossa opinião, e exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 8, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Santa Cruz da Graciosa, em 31 de dezembro de 2016 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos e orçamentais do POCAL.

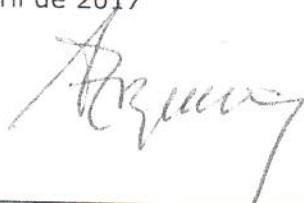
Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

11. Embora sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 11.1 Conforme a nota ao balanço e demonstração de resultados, a autarquia não tem ainda implementada a contabilidade de custos.
- 11.2 As demonstrações financeiras do exercício de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por nós e apresentam a reserva 8 acima, que não foi alterada.

Lisboa, 20 de abril de 2017



PARECER SOBRE AS CONTAS APRESENTADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Senhores Membros da Assembleia Municipal do Município de
SANTA CRUZ DA GRACIOSA

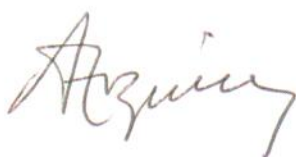
1. Nos termos da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, cumpre-nos apresentar o Relatório sobre a actividade desenvolvida e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação das contas e de execução orçamental, apresentados pelo órgão executivo, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Acompanhámos a atividade do Município ao longo do exercício de 2016 e procedemos às verificações contabilísticas e testes considerados necessários, lemos as atas da vereação e recebemos dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.
3. Nos termos legais elaborámos o Relatório Anual sobre a fiscalização efetuada com data de 20 de abril de 2017, o qual deve ser considerado como fazendo parte integrante do presente relatório.
4. Emitimos ainda, a Certificação Legal das Contas com a mesma data, a qual conclui que:

"Em nossa opinião, e exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 8, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Santa Cruz da Graciosa, em 31 de Dezembro de 2016 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos e orçamentais do POCAL."

Tendo o parágrafo 8 o seguinte texto:

"Conforme notas ao balanço e à demonstração de resultados, a autarquia não regista o movimento das existências, não regista trabalhos para a própria entidade e não organizou a contabilidade analítica."

Lisboa, 20 de abril de 2017





A. ZÓZIMO & M. LOURENÇO
SROC, LDA.


Luzia Cordeiro

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Ano económico de 2016



Rua de Moscavide 14, Parque das Nações, 1990-162 Lisboa Tel: 217 808 522 geral@azml.pt

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA: Estrada de Benfica, 464-1º Dtº, 1500-104 Lisboa

Capital Social 5 000,00 € NIPC 509 231 799 C.R.C de Lisboa OROC n.º 237 CMVM n.º 20161530



Luzia Cordeiro

1. INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS

1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a Certificação Legal das Contas com data 20 de abril de 2017.

1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
- (5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
 - c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas localmente entre 19 a 25 de fevereiro de 2017, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões mais relevantes a que chegámos.





Luzia Cordeiro

2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos assumidos no exercício e referentes ao exercício por pagar ascendem a 524.762€ (43.807€ em 2015), pela diferença entre total dos compromissos do exercício e o total de despesa paga no exercício. Assumiram-se ainda compromissos para exercícios futuros de 1.524.226€ (245.672€ em 2015) com 1.274.005€ respeitantes a despesas de capital e 250.220€ respeitantes a despesas correntes.

Verificámos ainda que em 31 de dezembro de 2016 a autarquia tem uma capacidade de endividamento de 3.662 milhares de euros, mas de acordo com o artigo 52º nº. 3 b) da Lei 73/2013, o endividamento só pode aumentar em cada exercício 20% da margem disponível no início do ano, isto é 732 mil euros.

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 1.077 mil euros (1.292 mil euros em 2015).

2.2 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Verificámos por amostragem os procedimentos de contratação abertos em 2016, notando o seguinte:

- As faturas da EDA não apresentam evidência de conferência, embora tenham sido controladas pelos serviços.

2.3 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Verificámos o seguinte:

- Transferências correntes concedidas

Da reclassificação do mapa 8.3.4.1.2 – Transferências Correntes concedidas – Disposições Legais e Finalidade, resulta o seguinte para os anos de 2016, 2015 e 2014.

Chama-se a atenção para o facto das classificações abaixo não resultarem da contabilidade mas de classificação nossa e pode divergir da classificação da contabilidade.





Luzia Cordeiro

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS 2014 A 2016, em euros

Soma de TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS Rótulos de Linha	Rótulos de Coluna		
	2014	2015	2016
Amigos Animais e Canil	9.000	8.400	9.768
Apoio à Natalidade	10.500	11.200	10.700
Atribuição de Prémio de Mérito	600		1.200
Bolsa de Estudo	30.981	22.059	22.633
Brinquedos	1.847		
Competências	113.000	110.000	114.000
Cultura e Recreio	118.553	125.325	116.263
Desporto	84.895	45.998	88.862
Economia	10.320	1.220	2.120
Festa Religiosa	164.335	175.185	167.785
IPRA_SS Programas Ocupacionais/Estágios	16.131	71.113	77.145
Pedido de Reembolso de Passagem	2.814	4.154	600
Solidariedade Social	4.432	3.873	9.573
Total Geral	567.408	578.527	620.649

Fonte: Mapa transferências correntes concedidas - Disposições Legais e Finalidade

O total das transferências aumentou 7% em relação a 2015, com o detalhe nas rubricas do mapa.

O valor das transferências para a PRODIB - Festas Religiosas – é o mais significativo com 150.000€, valor que se repete todos os anos para as Festas de Santo Cristo.

Na altura da auditoria a PRODIB não tinha apresentado contas da utilização dos fundos públicos transferidos pelo Município.

Ainda transferências para outras entidades de 17 mil euros, classificadas como Festas Religiosas.

Seguem-se as Juntas de Freguesia conforme os Protocolos de delegação de competências, com 27.500€ para cada.

3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

3.1 ORÇAMENTAL

A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL está representada no Relatório de Gestão como segue:

A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016, correspondeu - relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes - às taxas de execução calculadas nos pontos 4.1 e 4.2.

De forma resumida, destaca-se as seguintes taxas de desempenho:


Luzia Cordeiro

- O índice de realização do orçamento foi de 70,29%, a que correspondeu um montante de despesa de 3.468.880,37 €;
- A despesa de capital apresentou um coeficiente de realização de 36,81%, com um valor de 766.852,12 €;
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de 94,76%, atingindo um valor de 2.702.028,25 € ;

Os documentos que espelham a execução orçamental encontram-se em anexo a este relatório, e são o mapa de Controlo Orçamental da Receita, o mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o mapa de Fluxos de Caixa.

e

Com uma execução de 97,97 %, as receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, já que se trata de um fluxo monetário estável. Desta forma, a autarquia consegue arrecadar receitas correntes que lhe permitem uma base de consistência ao financiamento de um conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo as despesas correntes. A execução apresenta-se com uma excelente performance ao nível das várias classificações, uma vez que todas, apresentam taxas de execução próximas ou superiores a 100 %, à exceção dos rendimentos de propriedade que se encontram em desconformidade com os montantes inicialmente planeados, mas que resulta de dívidas de terceiros.

A rubrica Transferências de Capital perfaz 100% das Receitas de Capital. Este elevado peso das Transferências de capital deve-se, fundamentalmente, às transferências do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), PROCONVERGENCIA e de contratos ARAAL, conforme se pode ver no mapa 8.3.4.5. Transferências de Capital Obtidas. A taxa de execução entre Receitas Correntes e Receitas de Capital é normalmente muito diferente, atingindo valores próximos de 100% (97,97% no ano em análise) nas primeiras, mas no caso das Receitas de Capital a execução é por norma mais reduzida. As Receitas de Capital, com uma taxa de execução de 35,25%, apresentam um peso no total da receita arrecadada de 9,45%. Esta variação da execução ao longo dos anos deve-se, essencialmente, às estimativas relativas a projetos candidatos aos fundos comunitários, e respetivas transferências. Sendo de concluir que as Receitas Correntes têm, como referido anteriormente, uma ótima execução, e as Receitas de Capital, um maior desfasamento entre o previsto e o executado ao longo dos anos.

Verificamos que a execução orçamental corrente tem um saldo positivo elevado, de 798 mil euros, suficiente para colmatar a diferença entre Receitas e Despesas de Capital, de 375 mil euros, pelo que se utilizou parte do saldo de gerência anterior.

O quadro mostra o crescimento sustentado da Receita Corrente, superior ao da Despesa Corrente, com saldos correntes significativos. Mostra igualmente a volatilidade das Receitas de Capital – que diminuiu de 3 milhões de euros em 2012 para 391 mil de euros em 2016 - com forte componente de financiamento de projetos.

[Assinatura]
[Assinatura]
Luzia Cordeiro

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2012-2016	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente	2.249.255	3.140.615	3.275.221	3.452.566	3.500.282
Reposições não abatidas	79	1.465	341	0	0
Despesa Corrente	2.411.048	2.426.564	2.570.689	2.647.739	2.702.028
Défice(-)/Superavit(+) corrente	-161.714	715.516	704.873	804.827	798.254
Receita Capital	3.082.140	1.507.243	1.482.436	416.294	391.332
Despesa Capital	3.006.738	2.180.598	1.912.382	1.337.670	766.852
Défice(-)/Superavit(+) Capital	75.402	-673.355	-429.946	-921.376	-375.520
Défice(-)/Superavit(+) corrente e de capital	-86.312	42.161	274.927	-116.549	422.734
Saldo de gerência anterior	136.540	50.229	92.390	367.317	250.768
Saldo gerência acumulado	50.229	92.390	367.317	250.768	673.502

3.2 IMOBILIZADO

3.2.1 Mapa Ativo Bruto

Verificámos os aumentos e os saldos finais do mapa de ativo bruto, (financeiro, corpóreo e de domínio público). Verificou-se um aumento 431 mil euros (1.050 mil euros em 2015).

EVOLUÇÃO DO ATIVO BRUTO, 2013-2016, Euros e %							
		2013	2014	2015	2016	Em Valor 2016-2015	Em % 2015-2014
41111	ART- Associação Regional de Turismo	15.000	15.000	15.000	15.000	0	0
4113	Empresas privadas ou cooperativas	21.663	21.663	21.663	21.663	0	0
4122	Fundo de Apoio Municipal	0	0	242.948	242.948	0	0%
42	Imobilizações corpóreas	14.192.913	14.533.457	15.161.031	15.480.384	319.353	2%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	613.002	713.423	713.423	730.946	17.523	2%
442030	Campo de Futebol de São Mateus	2.156	2.156	2.156		-2.156	
445011	Rede Viária e Obras Complementares	925.756,15	0,70	0,00		0	
45	Bens de domínio público:	14.949.137	16.947.202	17.128.416	17.224.832	96.416	1%
	TOTAIS	30.719.627	32.232.902	33.284.637	33.715.773	431.136	1%

Por amostragem, verificámos os suportes das aquisições de 2016, onde avulta a compra de viatura para recolha de resíduos com 136 mil euros

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos foi de 29% (67% em 2015) e a execução das Atividades mais relevantes de 93% (96% em 2015). A soma de ambos, as Grandes Opções do Plano, foi realizada a 53% (79% em 2015).

3.2.2 Outros Assuntos referentes ao Ativo Bruto

Há a evidência de que parte significativa do Ativo imobilizado do Município não está a ser coberta por seguro adequado, o que se volta a recomendar.

[Assinatura]
Página 10



A autarquia corre riscos que podem ser cobertos por valores ao seu alcance.

Parte significativa dos imóveis não estão registados na Conservatória Predial e na matriz predial.

Recomenda-se que sejam efetuados os registos necessários.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição. A sua exploração foi negativa em 2015 (Resultado Líquido negativo de 9.593 €) e positiva em 2016 (Resultado Líquido de 6.821 €).

3.4 BANCOS

Verificámos as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não tendo nada a assinalar.

Os empréstimos a médio e longo-prazos foram confirmados pelas respostas dos bancos ao pedido de confirmação de saldo e pelos registos do Banco de Portugal.

3.5 ESTADO

A autarquia tem créditos de cerca de 73 mil euros por IVA a reembolsar pelo Estado, cujo pedido de reembolso não foi feito. Em 2016 foi registada uma imparidade para a eventualidade de o valor não ser reembolsado, de 55 mil euros, valor a recuperar até dezembro de 2015.

A dívida ao Estado em dezembro de 2016 por retenções e encargos de segurança social foram liquidadas em janeiro de 2016.

Não existe no Portal das Finanças registo de contraordenações ou dívidas fiscais.

No seguimento da Portaria 98-A/2015, artigo 8º, deve o Município proceder à comunicação anual das rendas por declaração eletrónica de dados.

Recomenda-se que as contas de IVA liquidado e IVA dedutível sejam separadas pelas taxas de IVA.

3.6 DÍVIDAS A TERCEIROS

O valor em dívida a terceiros é de 20 mil euros sendo 13 mil euros as dívidas ao Estado pagas em janeiro.

O valor em dívida por empréstimos bancários é de 1.077 mil euros (1.292 mil euros em 2015) pois foi feita amortização no valor de 215 mil euros e não foram contratados novos empréstimos.



Página 7



Luzia Cordeiro

3.7 DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas por fornecimentos de água e saneamento aos municípios anteriores a 2016 é de 31 mil euros, que foram provisionadas.

Por outro lado foram também provisionadas dívidas de rendas anteriores a 2016 no valor de 24 mil euros.

3.8 PROVEITOS

Os proveitos registados pelo recebimento de transferências do Estado e Impostos foram confrontados com certidões de receita da DROAP e da Direcção de Serviços de Contabilidade do Ministério das Finanças, apresentando os valores em euros a seguir indicados:

71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	282.053
72	IMPOSTOS E TAXAS	582.337
74	TRANSFERÊNCIAS SUBSÍDIOS OBTIDOS	2.856.350
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	67.779
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	643.430
	TOTAL RENDIMENTOS	4.413.568

Os totais das certidões e dos registos foram conciliados.

3.9 CUSTOS

CUSTOS em 2016 e 2015

Rubrica	2016	2015
Custo matérias	221	0
Fornecimentos e Serviços Externos	899.974	877.894
Custos com Pessoal	1.119.093	1.121.925
Transferências e Benefícios concedidos	618.149	581.878
Amortizações do Exercício	934.396	933.291
Provisões do Exercício	111.393	0
Outros Custos e Perdas Operacionais	15.504	10.968
Custos e Perdas Financeiras	24.604	33.904
Custos e Perdas Extraordinários	69.833	59.785
Totais	3.793.167	3.619.645
Evolução custos	5%	





Luiz Cordeiro

- bem suportados e com a indicação de todo o processo de contabilização e justificação da aquisição da despesa.
- Verificámos os custos de pessoal e não temos nada assinalar.
- As amortizações do exercício são as esperadas.

4. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2015 e da proposta de aplicação dos resultados do ano, no total de 481 mil euros.
Os resultados de 2016 atingem 620 mil euros.

No fim de 2016, o património da autarquia, conta 51, cobre 33% do ativo líquido, tal como em 2015 e 2014, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

5. Outras informações

Solicitámos e obtivemos a Declaração do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o Relatório e Conta de Gerência, o qual satisfaz os requisitos legais, e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício e os mapas da execução orçamental.

Lisboa, 20 de abril de 2017

